



**ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA  
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

**ATA N.º 01 / 2016**

..... Aos **vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezasseis**, realizou-se na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, a **Sexta Reunião Ordinária** da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, com início pelas 15:30 horas, na qual participaram vinte e seis deputados dos vinte e oito que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

..... **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** .....

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** .....

..... **PONTO DOIS PONTO UM – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2015.** .....

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM.** .....

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2015.**.....

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE A ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS.** .....

..... **PONTO DOIS PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS.** .....

..... A Mesa, presidida por José Manuel Pavão, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes faltas: .....

..... **I - ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL**.....

..... **MANDATOS – MEMBROS:** .....

..... **Justificação da falta e pedido de substituição:** .....

..... Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, faltou e justificou. ....

..... José Francisco Bento Sanches Branco, faltou. ....



*[Handwritten signatures and initials]*

..... Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida, substituída por António Alberto Vaz Pereira Morais. ....

..... Verificada a existência de *quórum*, deu-se início à sessão com o período: .....

..... **ANTES DA ORDEM DO DIA** .....

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Cumprimentou todos os presentes. ....

O Presidente da Mesa questionou a Assembleia se existia alguma intervenção. A Mesa registou a inscrição de Francisco Marcos, Paulo Praça, Serafim João, António Morais e António Afonso. ....

..... **FRANCISCO MARCOS** - Apresentou uma moção sobre Educação .....

*“Considerando que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) é uma Comunidade do interior do país, estando cada vez mais desertificado, e que a Constituição Portuguesa prevê que o “Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a ...” (n.º 2 do artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa). .....*

*É necessário que se encontre uma forma de os alunos que passam para o ensino secundário nos Agrupamentos de Escolas pertencentes à CIM-TTM, possam optar pelos diferentes cursos científico-humanísticos, que constituem uma oferta educativa vocacionada para o prosseguimento de estudos de nível superior (universitário ou politécnico). Neste momento o que se passa é que não havendo determinado número de inscrições para uma disciplina da componente de formação específica ou para um curso, a mesma não pode ser administrada, estando esses alunos limitados às disciplinas/curso que apresentam um maior número de inscrições. Tal situação impede que as escolhas feitas com vista a uma formação científica consistente no domínio do curso escolhido se concretizem. Para além disso, esta situação, imposta pelo Ministério da Educação e que têm unicamente um fundamento económico, faz com que as igualdades de oportunidades para estes alunos não sejam asseguradas. ....*

*Sabendo que a tendência para o decréscimo populacional nesta região é para se manter queremos que se encontre uma nova abordagem para a escola, situação que não se limita à condição atrás apresentada uma vez que todos os anos é necessário aguardar por uma autorização do Ministério da Educação para se poder fazer determinada turma com o número de alunos inscritos para a mesma, o qual não chega ao número mínimo estipulado pelo Ministério. ....*

*É necessário que o Ministério da Educação assuma que não é possível exigir o mesmo número de alunos numa turma de uma escola de um território de alta densidade ao de uma escola de um território de baixa*

*densidade, sob pena de não permitir que as crianças e jovens portugueses tenham as mesmas oportunidades as quais têm, por força da Constituição da República Portuguesa, que ser asseguradas pelo Estado.”* .....

..... **PAULO PRAÇA** – Relativamente à moção apresentada referiu que gostaria de ouvir o Conselho Executivo da CIM-TTM para não colidir com alguma tomada de decisão que esse órgão já tenha tomado.

..... **SERAFIM JOÃO** – Referiu que além do referido pelo Dr. Paulo Praça, o caso de Vimioso tem uma situação mais grave, não tem Ensino Secundário e o Estado não tem dado qualquer auxílio ao Município por este facto. ....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – Cumprimentou todos os presentes. ....

Referiu que tem havido várias reuniões com diversos membros do Governo e a moção não colide em nada que o Conselho Intermunicipal tenha tomado, há uma verdadeira sintonia com a moção aqui apresentada.

..... **FRANCISCO MARCOS** – Espera que todos possam apresentar contributos e que a moção possa ser uma moção da CIM, apresentada pela CIM. No caso de ser aprovada, deverá ser enviada para o Ministério da Educação e respetivas Secretarias de Estado, Direção Regional da Educação, aos Grupos Parlamentares e para a Comunicação Social. ....

**A PROPOSTA DA MOÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO FOI COLOCADA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.** .....

..... **ANTÓNIO MORAIS** – Tomou a palavra para fazer uma declaração/consideração sobre o assunto anterior. Esta moção tem reflexo apenas num sector, quando na realidade existem várias assimetrias gravosas na região com todos os sectores (justiça, saúde, ...). ....  
Fez referência à participação do PCP nas Jornadas Parlamentares nos dias 11 e 12 de abril. ....

..... **ANTÓNIO AFONSO** – Colocou três questões: .....

- 1) Feiras: fez precisamente um ano em que este assunto foi abordado, qual é o ponto de situação? .....
- 2) Gestão da água e saneamento: vai haver a criação de empresa? Que informação existe disponível sobre o assunto? .....
- 3) DGEstE: A CIM reuniu com a DGEstE, qual vai ser a oferta educativa/formativa da região? .....



..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** –

Cumprimentou todos os presentes e passou de seguida ao esclarecimento das questões colocadas. Quanto às feiras, referiu que resulta da lei n.º 75/2013 que as Comunidades Intermunicipais assumem diversas competências, sendo esta uma dessas competências. A mudança do calendário das feiras de alguns municípios, nomeadamente Bragança veio criar alguns constrangimentos em outros municípios. Confrontada a Câmara de Bragança sobre esta alteração, o Município informou que se tratava de uma experiência, por um ano, e que no final decidiria sobre a continuidade ou não deste novo calendário. Apesar do Conselho Intermunicipal ter feito esforços no sentido de averiguar qual a posição do Município de Bragança, ainda não obteve resposta. ....

Quanto à DGEstE, a resposta encontra-se na 2.ª página da Atividade da CIM-TTM, passando a ler o parágrafo, “ *No setor da educação desenvolveu-se um trabalho intenso, nunca antes realizado, no âmbito da implementação do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ) envolvendo as Escolas, os Municípios e as Empresas tendo em vista elaborar uma proposta de oferta formativa das Escolas para o próximo ano letivo. Lamentavelmente a poucos dias de ter terminado o estudo, a DGEstE notificou as Escolas para apresentarem a oferta formativa sem ter em consideração o trabalho que está a ser feito pela CIM, protocolado com Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e obviamente com custos elevados. Mais uma vez a DGEstE desconsiderou a CIM, descredibilizando-a perante os diferentes atores locais do setor*”. ....

A CIM foi mandatada em conjunto com ANQEP e a DGEstE, para fazer um trabalho de levantamento das necessidades da oferta formativa. A CIM tem o trabalho praticamente concluído, mas ainda não se conhece o desfecho deste assunto. ....

Quanto à segunda questão - água e saneamento, é um assunto de extrema importância. A fusão das Águas do Norte diminui a tarifa no Interior e aumenta um pouco no Litoral. Os municípios da zona do Douro e Paiva são os donos do subsistema/instalações daquela região e recebem uma renda, a subconcessão está a terminar e pretendem fazer um bom negócio dentro de pouco tempo, através da negociação da nova concessão. ....

O POSEUR tem aberto aviso para investimentos em alta e baixa. ....

A CIM-TTM está a estudar o alargamento do objeto social da Resíduos do Nordeste para além dos resíduos fazer também a gestão da água e do saneamento. A CIM-TTM contratou um estudo através da

Resíduos do Nordeste, EIM para esta questão e os resultados são bons para a situação intermunicipal. A viabilidade desta empresa é assegurada com um número mínimo de consumidores (= 80.000), sendo certo que o ideal seria 150.000 caso os Municípios do Douro Superior (Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Carraceda) ficará próximo do valor ideal. No dia 4 maio o Conselho Intermunicipal reúne extraordinariamente para tratar deste assunto e espera ter a capacidade de convencer os restantes colegas para esta situação. Existem Municípios que já disseram que aderiam a este modelo intermunicipal, outros ainda estão a estudar o assunto, e no dia 4 de maio será tomada uma posição de consenso certamente. ....

..... **SERAFIM JOÃO** – Houve uma reunião com a DGEstE na semana passada. Poderão haver 17 cursos podendo ir de 18 a 20. Existe uma espécie de “saco azul”, isto é, se os do Sul não quiserem poderão vir para o Norte. O que não pode acontecer é ultrapassar o número dos cursos do ano passado. ....

..... **FRANCISCO MARCOS** – Colocou as seguintes questões: o que acontece aos técnicos que trabalham no setor das águas? São integrados na Resíduos do Nordeste? São afetos a outras áreas nos municípios? .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – Cada caso é um caso, a Resíduos do Nordeste é a responsável por este trabalho. Se partíssemos do ponto zero seria fácil, no entanto, existem municípios que estão mais avançados e só depois do resultado é que se poderá analisar. ....

..... **PEDRO SANTOS** – Pediu a intervenção no sentido de partilhar uma preocupação sobre o problema da desertificação da nossa região. Não existe vida nas ruas, deslocamo-nos a qualquer lado Vinhais, Bragança, Vila Flor não se vê gente. Existe uma série de infraestruturas básicas bem feitas, mas não existem pessoas. Estas infraestruturas não fixam pessoas. Deu o exemplo de Vila Flor, das 24 freguesias do concelho, integraram o 5.º ano de escolaridade apenas 40 crianças. Nasceram no ano 2015, em Vila Flor, 14 crianças. Alerta para esta situação este órgão para se tentar fazer alguma coisa face a esta calamidade. É necessário apresentar ideias, por exemplo, implementar medidas de apoio à natalidade; relativamente aos alunos: os representantes desportivos têm apoio para entrar nas faculdades porque não, haver esse apoio para as crianças da nossa região; apoio na habitação, etc. ....  
Gostaria que sáísse não uma moção, mas um conjunto de ideias que podessem ser complementadas com as de outras CIM's da região. ....

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Referiu tratar-se de um assunto importante e prioritário para o país e para a região, felicitando-o por tê-lo trazido a esta Assembleia Intermunicipal. Existe a maior baixa taxa de natalidade de sempre e da Europa. ....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – Para acrescentar uma pequena nota sobre dois assuntos no período Antes da Ordem do Dia. ....

O helicóptero do INEM vai ficar definitivamente instalado em Macedo de Cavaleiros a prestar o serviço que sempre prestou à nossa região. ....

Referiu também que a CIM reuniu com a Dra. Helena Freitas, Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que informou que está a elaborar o diagnóstico e seguir-se-á um plano de ação, pelo que agradece todos os contributos que possam ser dados no sentido da valorização do Interior, do combate às assimetrias existentes entre o litoral e o interior do país. Neste sentido, solicitou aos membros desta Assembleia para que façam chegar até sexta-feira ao Eng.º Rui Caseiro, todo tipo de propostas/contributos/medidas que achem necessárias sobre esta matéria que possam enriquecer o documento mas sobretudo que a sua concretização possa desenvolver a nossa região, tornando-a um território atrativo para a fixação de população. ....

..... **ANTÓNIO MORAIS** – Reconhecendo que o assunto é complexo e não desvalorizando as propostas do Deputado Pedro Santos, tenhamos a noção que o problema da natalidade tem causas a montante. Não há resolução deste problema se não for tratado a um nível macro, ao nível do país. Esta situação é o resultado de diversas políticas que foram tomadas durante anos. Podemos elencar sugestões, mas se não forem enquadradas em políticas nacionais não terão resultados. ....

É necessário apresentar diagnóstico, não vale a pena apontar responsabilidades temos que apresentar medidas concretas, temos como exemplo, as regiões da Madeira e Açores, essas regiões têm uma fiscalidade diferenciadora, por que não aplicar algo semelhante ao Interior? São medidas que poderíamos ter em consideração. ....

..... **PEDRO SANTOS** – Reforçou que não basta apenas fazer o diagnóstico. É preciso tomar decisões para inverter a realidade porque este é um problema contínuo que tem de ser travado e invertido. À semelhança da região dos Açores e Madeira poderão ser tomadas medidas para o Interior. ....

..... **PAULO PRAÇA** – Interveio para referir que, apesar de terem ocorrido diversos eventos importantes na região, no período que mediou entre a última sessão deste órgão e esta, gostaria de

destacar as Comemorações dos 500 anos do Foral de Vimioso e a apresentação, pelo Governo, da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que, coincidentemente, decorreu no mesmo fim-de-semana. ....

..... **ANTÓNIO FERREIRA** – Apresentou uma moção sobre Falta de Especialistas em Endocrinologia no Nordeste Transmontano. A moção foi apresentada na Assembleia Municipal de Mirandela, no dia 25 de abril de 2016, e aprovada por unanimidade. ....

*“Falta de Especialistas em Endocrinologia no Nordeste Transmontano* .....

*A Unidade Local de Saúde do Nordeste é constituída por 3 Hospitais – Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros – e 14 Centros de Saúde.* .....

*Esta constitui a rede que assegura os cuidados de saúde, do Serviço Nacional de Saúde, às populações residentes no distrito de Bragança, que integra os nove municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.* .....

*O distrito de Bragança apresenta, hoje, uma população residente na casa dos 135.000 mil habitantes. ....*

*Quanto ao Perfil de Saúde da população abrangida pela Unidade Local de Saúde do Nordeste, constata-se que a segunda principal causa de mortalidade é a Diabetes. No entanto, a Unidade Local de Saúde do Nordeste não dispõe de qualquer médico endocrinologista ao seu serviço, sendo a sua ausência colmatada por médicos de outras especialidades, mormente médicos de medicina geral e familiar. ....*

*Seguindo o padrão nacional de que a diabetes afeta 12% da sua população, no distrito de Bragança os doentes que sofrerão dessa patologia ultrapassam as 16.000 pessoas.* .....

*Assim, tendo em conta que a sua população envelhecida é numerosa e sendo a diabetes uma das principais causas de morbilidade, o distrito de Bragança apresenta uma grave lacuna na assistência na doença aos seus habitantes.* .....

*Os médicos existentes a prestar serviço na área abrangida por esta unidade local de saúde, não são manifestamente os profissionais mais indicados para responder às necessidades da população atingida pela diabetes, a que acresce uma série de outras patologias, bem como as resultantes da demora do seu tratamento especializado e atempado.* .....

*Com o atual quadro de profissionais ao seu serviço, tendo ainda em conta as circunstâncias geográficas, não é possível à Unidade Local de Saúde do Nordeste dar resposta às necessidades de saúde dos aqui residentes que sofrem de diabetes.* .....

*Perante a grave lacuna e acentuada carência nesta área da saúde, que atinge a população do distrito de Bragança, a Assembleia Intermunicipal de Trás-os-Montes, reunida hoje, delibera: .....*

*..... Solicitar ao Sr. Ministro da Saúde atenção prioritária e incisiva sobre este problema; .....*

*..... Exigir que o Sr. Ministro da Saúde tome medidas urgentes, providenciando a vinda de médicos especialistas em Endocrinologia para o distrito de Bragança. ....”*

Se for aprovada nesta Assembleia deverá ser enviada para: o Senhor Presidente da República; o Senhor Primeiro-Ministro; o Senhor Ministro da Saúde; o Senhor Presidente da Assembleia da República; os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; o Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte; o Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste; a Ordem dos Médicos; o Colégio da Especialidade de Endocrinologia e as Assembleias Municipais do Distrito de Bragança. ....

..... **AMÂNDIO GOMES** – Penso que a ULS pode contratar um médico endocrinologista. Poderá diminuir as despesas que são menos importantes e que poderão contratar um médico para essa área.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Concorde com a observação feita pelo Dr. Amândio, é uma luta antiga, este é um meio legal para chegar às Instâncias Superiores (Governo e ULS) desta necessidade premente. ....

..... **PEDRO SANTOS** – Não entrando nos termos técnicos da questão, deixa uma ressalva à moção, há falta de várias especialidades. Existe por um lado, falta de apoio financeiro e, por outro, falta de atrativos para que os médicos queiram deslocar-se para o interior. Torna-se necessário criar condições, pensar em outros atrativos para que eles venham, por vezes preferem ganhar menos e não virem para a região. Não nasce gente em Trás-os-Montes, não existem licenciaturas adaptadas à região e por outro lado os profissionais que vêm não se adaptam. Temos que criar condições para que os jovens médicos venham e cuidem de nós. ....

..... **ORLANDO** – Referiu que é profissional de saúde e sabe que os médicos que vêm para a região se defrontam com problemas, têm dificuldades de adaptação à região. ....

**A PROPOSTA DA MOÇÃO “FALTA DE ESPECIALIDADE EM ENDOCRINOLOGIA NO NORDESTE TRANSMONTANO” FOI COLOCADA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.** .....

..... **JOSÉ FREIRE** – Contou um episódio sobre a despovoação. Referiu que não devemos ter medo de assumir a “interioridade”. A CIM deve dar o passo de assumir a interioridade desta região, este é o assunto principal e merece ser tratado e bem tratado, para ser tomada uma posição comum. ....

Quanto à gestão intermunicipal da água e saneamento, referiu que a água é fonte de vida que é necessária para viver. A indústria está mal e a água é um negócio apetitoso. Espera que a CIM tome uma posição, que não deixe entregar na mão dos privados porque acredita que a competição vai ser difícil. ....

..... **JÚLIO CARVALHO** – Manifestar um alerta sobre as dúvidas/angústias relacionadas com a CIM. A CIM tem feito muito, mas não chega. A CIM tem que promover o carácter económico do território. A receita da CIM vem das Câmaras, não vejo nada das Câmaras a dar nada à CIM. A CIM não pode ser só isto, se assim for acabem com as CIM’s e venha a regionalização.....

Só é fértil quem for feliz, têm que ser definidos objetivos concretos. Fica contente por ver o empenho do Conselho Intermunicipal e do Secretariado Intermunicipal, mas tem receio da instituição que não tem as Câmaras a contribuir. ....

..... **PEDRO SANTOS** – Relativamente à intervenção do Dr. Júlio de Carvalho, a CIM quando refere apoio ao desenvolvimento (a) e c) do art.º 4.º dos Estatutos), isto são pessoas, o cerne da questão são as pessoas. Onde há gente a economia funciona. Existem infraestruturas, mas arriscamo-nos a dizer que não existe gente para as consumir. ....

De seguida, passou-se à discussão do: .....

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** .....

..... **PONTO DOIS PONTO UM – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2015.** .....

Dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 57.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, em virtude de previamente ter sido distribuída pelos deputados. ....

O Presidente da Mesa questionou a Assembleia se existia alguma intervenção. A Mesa não registou inscrições. ....

**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE.** .....

.....  
..... **PONTO DOIS PONTO DOIS - INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM.** .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – Fez a apresentação das principais atividades da CIM-TTM, no período compreendido entre a última reunião da Assembleia Intermunicipal e a presente data: .....

No ano de 2015 a maior ocupação da CIM esteve relacionada com a elaboração, discussão e aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PACTO) a implementar nas terras de Trás-os-Montes no período do atual Quadro Comunitário 2014-2020. O PACTO representa um benefício para a região de cerca de 58 milhões de euros destinados a investimentos em áreas como a eficiência energética, a modernização administrativa, a inclusão social, a educação e formação, a criação de emprego, os regadios tradicionais, os equipamentos de saúde e os equipamentos sociais. Encontram-se, nesta data, Avisos abertos para a apresentação de candidaturas para investimentos nas infraestruturas educativas (escolas) e nas infraestruturas de saúde. ....

Nos primeiros três meses de 2016 a CIM-TTM tem dedicado especial atenção à elaboração de candidaturas para obtenção de fundos comunitários, com o objetivo de conseguir financiamentos comunitários para a realização de projetos de interesse para o desenvolvimento económico e social da região das Terras de Trás-os-Montes. Neste âmbito foram apresentadas as seguintes candidaturas: .....

- Ao Aviso (Norte 2020) dos Sistemas de Apoio às Ações Coletivas (SIAC's) de incidência Intermunicipal, foram apresentadas, em copromoção, com as Associações de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e da Terra Quente Transmontana, 3 candidaturas nas áreas da “Internacionalização”, da “Qualificação” e da “Promoção do Espírito Empresarial”. Representam um investimento total de 1,1 milhão de euros. ....

- Ao Aviso (Norte 2020) do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) dirigido aos territórios de baixa densidade, foi apresentada uma candidatura através do Consórcio Terras de Trás-os-Montes, tendo como “chefe de fila” a CIM-TTM e como parceiros as Associações de Desenvolvimento Local – CoraNE, Desteque e Douro Superior, as Associações de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e da Terra Quente Transmontana, o Instituto Politécnico de Bragança, o Geoparque Terras de Cavaleiros e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – ZASNET. A candidatura compreende um investimento total de 11.764.706,00 Euros, referente aos projetos Âncora.

Do Plano de Ação constam operações Complementares (164) no montante de 90 946 805 euros. Trata-se de uma candidatura de montante significativo e estruturante na implementação da estratégia de desenvolvimento da região, procurando posicionar as Terras de Trás-os-Montes como uma “Eco Região Inteligente”: sedutora, para as gerações mais novas; moderna, pela inovação introduzida na valorização dos produtos endógenos; atraente, pela qualidade de vida e pela criação de riqueza; e sustentável, pelo modelo estratégico de intervenção que é prosseguido, que se baseia numa escolha de baixo carbono. A candidatura tem como eixos principais o Marketing territorial, o Turismo, os Produtos Locais e Agroalimentar e ainda a Cultura, tradição e criatividade. ....

- Ao Aviso (Norte 2020) do Património Cultural foram apresentadas 4 candidaturas da responsabilidades da CIM, designadas de: “Festas e Rituais de Inverno Transmontano”, “Rota das Artes das Terras de Trás-os-Montes”, Circuito da Pintura Mural em Trás-os-Montes” e “Festival Património Improvável”, representando um investimento total de cerca de 1,4 milhões de euros. Estas candidaturas foram elaboradas com a colaboração dos técnicos da Direção Regional de Cultura do Norte e contam com o apoio da Entidade Regional do Turismo Porto e Norte, da Fundação de Serralves e da Comissão de Arte Sacra da Diocese de Bragança. ....

- Ao Aviso (Norte 2020) do Património Natural foram apresentadas 2 candidaturas envolvendo dois estudos com a seguinte designação: “Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes” e “Rede de Casas de Turismo de Natureza em Trás-os-Montes” significando um investimento total de 160 mil euros. ....

- Ao Aviso do Interreg V-A (POCTEP) foram apresentadas 4 candidaturas com a seguinte designação: “Frontur”, “Iberlobo”, “Cit-Procude” e “Empleo Activo”. Nas três primeiras a CIM tem como parceiro a Diputacion de Zamora e na quarta são parceiros a Diputacion de Zamora, a Diputacion de Leon, a Universidade de Salamanca, o IPB, o Nerba, a Câmara de Comércio de Zamora e o Brigantia Eco-Park. Para a CIM-TTM estas candidaturas representam um investimento total de 1 milhão de euros. ....

Existem outras candidaturas em elaboração das quais a CIM é parceira. ....

No setor da educação desenvolveu-se um trabalho intenso, nunca antes realizado, no âmbito da implementação do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ) envolvendo as Escolas, os Municípios e as Empresas tendo em vista elaborar uma proposta de oferta formativa das Escolas para o próximo ano letivo. Lamentavelmente a poucos dias de ser terminado o Estudo, a DGEstE

notificou as Escolas para apresentarem a oferta formativa sem ter em consideração o trabalho que está a ser feito pela CIM, protocolado com a Agência Nacional para o Qualificação e o ensino Profissional (ANQEP) e obviamente com custos elevados. Mais uma vez a DGEstE desconsiderou a CIM, descredibilizando-a perante os diferentes atores locais do setor. ....

Apoio da CIM à realização do “1.º Encontro de rede CQEP da CIM Terras de Trás-os-Montes” promovido pelo Centro de Qualificações e Ensino Profissional (CQEP) – Agrupamento de Escolas Abade Baçal. ....

No âmbito das infraestruturas escolares efetuou-se reunião com a Parque Escolar, EPE, para tomar conhecimento de que as intervenções nas Escolas do EB2,3,S de Alfândega da Fé, Miranda do Douro e de Mirandela são da sua responsabilidade. ....

Envolvimento da CIM a nível da articulação com os municípios e as outras entidades licenciadoras, DRAPN, CCDRN e IAPMEI relacionada com a implementação do Dec-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE). A complexidade do processo não permitiu o licenciamento de muitas explorações pecuárias tendo a CIM solicitado ao Governo o adiamento do prazo da entrada em vigor da nova legislação. Aguarda-se resposta do Governo. ....

Foi terminado o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) das Terras de Trás-os-Montes que contempla um conjunto de ações estruturadas em 6 linhas de intervenção relacionadas com o transporte público de passageiros, a sustentabilidade e intermodalidade, as deslocações em modo suave, sistema rodoviário capaz e seguro e uso racional e eficiente do automóvel. O PAMUS constitui um documento de enquadramento para as intervenções elegíveis nos PEDU e nos PARU financiados por fundos comunitários no âmbito do Norte 2020. ....

Envolvimento da CIM na divulgação de medidas preventivas de combate à Vespa-das-galhas do castanheiro. Trata-se de uma praga que, a instalar-se, pode levar a quebras na produção na ordem de 70%. Em conjunto com o Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos foi elaborado um cartaz com informação referente aos procedimentos a serem seguidos pelos detentores de castanheiros no sentido de detetar a praga e destruí-la. Neste processo foram envolvidos os Municípios, as Juntas de Freguesia e as Associações de Produtores. ....

Tomada de posição sobre “Requerimentos de Carta de Caçador”, atendendo a que com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 167/2015 de 21 de agosto, todos os requerimentos relacionados com a carta de caçador deixaram de poder ser rececionados pelos municípios a partir do dia 1 de janeiro de 2016. Assim, foi solicitado ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural para repor a possibilidade que sempre existiu. Para a CIM não é admissível que os caçadores tenham que se deslocar aos serviços do ICNF, localizados nas sedes de distrito para tratar de assuntos relacionados com a carta de caçador. ....

A CIM-TTM subscreveu o Protocolo de constituição do Consórcio “Norte Natural” Rede de Destinos Turísticos de Natureza da Região do Norte, que integra o Turismo Porto e Norte de Portugal, E.R., o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., a Agência para o Desenvolvimento do Vale do Tua, a Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional Peneda-Gerês, a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira, a Associação Geopark de Arouca, a Associação Geoparque de Macedo de Cavaleiros, a Associação Parques com Vida, a CIM do Alto Minho, a CIM do Tâmega e Sousa, a CIM do Douro. Com o objetivo de promover o turismo de Natureza em territórios detentores de Carta Europeia de Turismo Sustentável, este protocolo visa organizar e articular a oferta dos principais destinos de Turismo de Natureza do Norte de Portugal; proteger e valorizar o património natural e cultural dos destinos, aumentando os benefícios desta atividade na economia local. ....

A CIM-TTM procurou assegurar a participação em diversos eventos/certames considerados importantes na promoção e valorização do território das Terras de Trás-os-Montes, a saber: .....

- Participação na segunda edição da Portugal Agro realizada, na FIL, em Lisboa, nos dias 21, 22 e 23 de novembro. A organização foi efetuada em parceria com as Associações de Desenvolvimento Local – CoraNE e Desteque que asseguraram a presença dos produtos certificados de qualidade mais relevantes, estimulando a presença de Agrupamentos de Produtores responsáveis por esses produtos de qualidade. Procurou-se dar um destaque maior aos produtos recentemente afectados por dúvidas de segurança alimentar – alheiras e fumeiro. Foi ocupada uma área considerável (15 stands) onde estiveram representados os seguintes produtos: Amêndoa do Douro, DOP; Castanha da Terra Fria, DOP; Carne Mirandesa, DOP; Fumeiro de Vinhais, IG; Azeite de Trás-os-Montes, DOP; Mel do Parque de Montesinho, DOP; Mel da Terra Quente, DOP; Queijo de Cabra Transmontano, DOP; Alheira de

Mirandela, IG; Vinhos de Trás-os-Montes; Maça de Trás-os-Montes; Queijo Transmontano e Doçaria Transmontana. ....

- Visita à Bolsa do Turismo de Lisboa (BTL) 2016. ....

- Participação na Feira de Nanterre 2016, com a representação de produtores/produtos dos municípios de Alfândega da Fé, Miranda do Douro e Mogadouro. Em representação do Conselho Intermunicipal estiveram presentes o Vereador António Salgueiro, do município de Alfândega da Fé e o Secretário Intermunicipal, Manuel Miranda. ....

- Presença na Conferência “Integrar para Alimentar” organizada pela OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento e Assinatura do “Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana” – um Pacto internacional que pretende envolver o maior número possível de Cidades e Autoridades Locais e todo o mundo para a criação de sistemas alimentares mais integrados, justos e sustentáveis. ....

- A CIM-TTM participou em várias reuniões, junto de diferentes Organismos, incluindo membros do Governo, relacionadas com o novo Quadro Comunitário – Portugal 2020, quanto à abertura de avisos e implementação do PACTO e quanto ao encerramento do QC anterior. ....

..... **HORÁCIO AFONSO** – Admira muito o trabalho de todos os autarcas, no entanto as razões apresentadas, o facto de existirem obras e não haver pessoas, em sua opinião o problema já está identificado. As causas não estão ainda identificadas. O problema é nacional, as políticas não estão direccionadas ao nosso território, nem os refugiados querem vir para Portugal como podem querer vir os médicos para Trás-os-Montes. O setor primário está muito abandonado, o secundário não existe. O que produz riqueza hoje é o conhecimento. Enquanto se pensar o país como apenas o setor terciário, esta será a realidade do país e especialmente do Interior. Só este sector nos levou a esta situação. ....

..... **FRANCISCO MARCOS** – Felicitar o trabalho feito pela CIM, principalmente nas questões do PROVERE. Espera que não passe apenas por um mero projeto, estes processos são burocráticos e deve-se informar os participantes sobre ponto de situação. ....

..... **CARLOS FERREIRA** – Referiu que as instituições são feitas por pessoas. As pessoas quando nascem têm de aprender várias coisas, andar, falar, ... As instituições é igual. A CIM tem de fazer o caminho, aprender andar, a falar e ganhar experiência. Temos de aprender a trabalhar com esta instituição que foi imposta por uma lei da nação, que nem sabíamos se a queríamos, mas que temos de aprender a trabalhar com ela. ....

Quando se tem uma doença é mais difícil fazer as coisas. Nós temos a doença da desertificação, uma doença numa extremidade é mais grave, porque o sangue chega menos, aqui o “sangue” chega menos. ....

A CIM é jovem, não a quisemos, temos uma doença, mas temos de avançar. Parabéns ao Presidente do Conselho Intermunicipal que tem aprendido bastante depressa. ....

..... **HORÁCIO AFONSO** – O elogio do trabalho às autarquias é naturalmente extensível à CIM. ....

..... **AMÂNDIO GOMES** – A CIM tem feito tudo o que lhe é possível fazer. Nunca fazemos ataque às causas da nossa pequenez. Em 1989 numa reunião ouviu um ministro dizer que convocou os autarcas da região para comunicar que “ ... *todas as localidades com menos de 4 mil habitantes são para desaparecer, não é preciso incentivos ...* ”... Ficou nervoso e ripostou e a reunião terminou ali. ....

Este Ministro fez doutrina porque os que lhe sucederam seguiram essa visão. Tem de exigir do poder central aquilo que é nosso de direito, a região do Interior também são gente. ....

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Quando numa Assembleia se atinge o plano do desassossego, atinge-se o estado pleno, mais elevado, o comentário é de apreço sobre a informação que o Presidente do Conselho Intermunicipal fez sobre as atividades da CIM. Fez observação da não haver referência à saúde que é a primeira preocupação dos portugueses. Daí se ter aprovado uma moção sobre a saúde, como disse o Dr Amândio devemos protestar/reivindicar. ....

Quem lê os jornais da região, vê que tem havido uma série de roubos de património religioso. Há algum inventário património religioso? Gostava de ter mais informação sobre o INTERREG. ....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – A proposta apresentada sobre a saúde, faz todo o sentido mas deveria ser endereçada a quem tem responsabilidades porque a ULS pode contratar. ....

Os números que apresentam nos jornais foram devido à estratégia apresentada. A ULS quando soube que as verbas para a saúde passavam pela CIM não gostou. No seu entender, o Governo fez bem em chamar os autarcas à defesa deste setor. ....

O INTERREG é um programa transfronteiriço, que financia iniciativas que sejam desenvolvidos de ambos os lados da fronteira. Para este período de programação, não percebe os motivos da alteração, mas do lado português o território elegível abrange quase todo o território português. ....

Referiu que concorda que o problema da região é a falta de gente. Infraestruturaram-se os territórios, mas não existe economia. A economia devia ser desenvolvida por políticas do Governo Central. Deixamo-nos

“embedar” pelos fundos, com o abandono das terras e das pescas, e o excesso de infraestruturas do país. Referiu que não há nenhum setor económico com tantas especificidades como a agricultura. Este é o único setor em que cada vez que se aumenta a produção cria desemprego. O aumento da produção é pela via das novas tecnologias/industrialização o que faz com que sobrem braços. Os braços sobrantes não encontraram ocupação neste território e emigraram ou migraram para o litoral. O caminho passa pela industrialização dos recursos endógenos. ....

Do seu ponto de vista não há nenhum setor económico que tenha a especificidade agricultura. ....

A industrialização dos produtos endógenos não podem ser os autarcas, esperemos que a Valorização do Interior saiba encontrar medidas.....

A regionalização era sem dúvida a melhor forma de resolver esta situação. ....

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2015** .....

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** – Referiu que o documento se refere ao exercício da CIM-TTM em 2015. Trata-se de um ano particularmente difícil por se tratar do ano de encerramento das operações no âmbito do QREN e pelo desafio de preparar a estratégia e as iniciativas para o ciclo de programação até 2020. ....

As contas relativas ao exercício económico de 2015, foram encerradas tendo sido apurado um resultado líquido positivo no valor de 40.390,72 Euros, o qual o Conselho Intermunicipal propõe que seja aplicado, de acordo com o POCAL, da seguinte forma: Reservas Legais (5%) que corresponde ao valor de 20.195,36 Euros, para património o valor de 8.078,14 Euros e para resultados transitados o valor de 12.117,22 Euros. ....

..... **ANTÓNIO AFONSO** – Relativamente à operação de aquisição de equipamentos de proteção individual de combate a incêndios em espaços florestais, referiu que não percebeu a discriminação ao terem sido entregues quantidades diferentes às diferentes Associações de Bombeiros questionando se houve uma listagem ou se foi opção da CIM. ....

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** – Referiu que foi objeto de uma candidatura a aquisição dos equipamentos de proteção individual, destinados a equipar 50% do efetivo dos bombeiros

de cada uma das corporações que compõem a CIM, tendo sido as próprias corporações de bombeiros a indicarem esse número .....

**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2015 A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.** .....

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO** – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE A ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS.....

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** – Apresentou esclarecimentos relativamente à alteração dos estatutos, que se encontram assinaladas no documento enviado previamente e reforçando que decorrem de alterações legislativas. ....

..... **ANTÓNIO AFONSO** – Referiu que na sua opinião o Presidente da Câmara corresponde a Presidente do Conselho Intermunicipal e não a Secretariado. Que o Presidente do Conselho Intermunicipal poderá delegar no secretariado ... ..

..... **PAULO PRAÇA** – Referiu ser pertinente a questão apresentada pelo Dr. António Afonso, o que /se passa é que decorre da Lei inicial e não da alteração dos estatutos, foi-se buscar a comparação às autarquias locais coisa que a CIM não o é. Isto resulta de querer aplicar à CIM questões que dizem respeito às autarquias locais. ....

..... **HORÁCIO AFONSO** – A intervenção foi dirigida ao Deputado António Afonso, referiu que não se manifestou como advogado porque não estudou o assunto, mas se se achar que não está bem, poderá sempre propor-se outra alteração. ....

..... **ANTÓNIO MORAIS** – Referiu que o artigo 4.º vem repetido presumindo que se trata apenas de um descuido. Acrescentou que no «art.º 9 na alínea 2) *A Assembleia Intermunicipal pode ainda reunir-se extraordinariamente por iniciativa da respetiva mesa ou quando referida: a) Pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, em execução de deliberação deste; b) Por um terço dos seus membros*».....  
Dever-se-ia acrescentar uma alínea “c) *também pode ser sugerida uma Assembleia Intermunicipal Extraordinária pelo Presidente da Câmara*”. Na sua opinião trata-se de uma questão pertinente que deveria estar contemplada nos estatutos .....

..... **FRANCISCO MARCO** – Referiu que a Assembleia tem poderes deliberativo ou poder informativo. As propostas vêm da comissão, nós podemos apresentar todas as propostas e a CIM pode ou não aproveitá-las. ....

..... **JÚLIO CARVALHO** – Isto são remendos e não tocam no essencial, verificam-se segundo a alteração da Lei 75/2013, alterar o n.º 49 não tem justificação. Deve manter-se o que estava, a alteração aos estatutos não contempla: o regulamento interno e o delegar competências é que deveria ser obrigatório. ....

As Câmaras querem manter o poder não querem delegar competências, os estatutos merecem alteração mas não da maneira que está. ....

..... **ANTÓNIO FREIRE** – Não tem conhecimentos para verificar se os estatutos estão bem ou mal feitos, mas quando há qualquer coisa está a funcionar mal, deve ser alterada. ....

**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE A ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA COM NOVE ASTENÇÕES.** ....

As abstenções foram dos deputados José Freire; António Morais; Francisco Marcos; Pedro Mascarenhas; Helena Gonçalves; Amândio Gomes; Júlio de Carvalho; Rita Reis e António Afonso. ....

..... **ANTÓNIO AFONSO** – Referiu que se deveria ter em consideração o que se acabou de passar nesta Assembleia Intermunicipal relativamente ao elevado número de abstenções. O que interessa é que a Comunidade Intermunicipal crie condições para as pessoas da região. ....

Existe um assunto pendente sobre a proposta de Comissão de Acompanhamento e o Senhor Presidente não está, dever-se-ia marcar uma reunião extraordinária para tratar desse assunto. ....

..... **DINIS VEIGA** – Referiu que existem pessoas que aceitam determinados lugares e chegada uma certa hora vão embora sem qualquer consideração. ....

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Referiu que de deveria marcar uma reunião extraordinária sobre a “baixa demografia da nossa região”, em conjunto com as outras duas CIM’s. ....

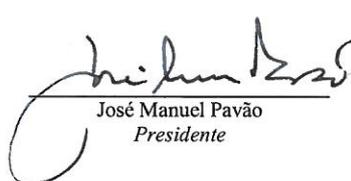
..... **JÚLIO CARVALHO** – Sugeriu que a reunião se realizasse no Aterro Sanitário de Vila Flor, em 9 de junho. ....

PONTO DOIS PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS. ....

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Referiu que a mesa fica responsável pela organização da reunião extraordinária. ....

..... E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas 19:20 horas, lavrando-se a presente ata para constar. ....

A Mesa da Assembleia Intermunicipal

		
José Manuel Pavão Presidente	Mário Telmo Legoinha Vice-presidente	Carlos do Nascimento Ferreira Secretário